

Estatais: mais dados, menos mitos

» ELISA LEONEL — Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Sest/MGI)

» FABIO KOLESKI — Gerente de Projeto na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Sest/MGI)

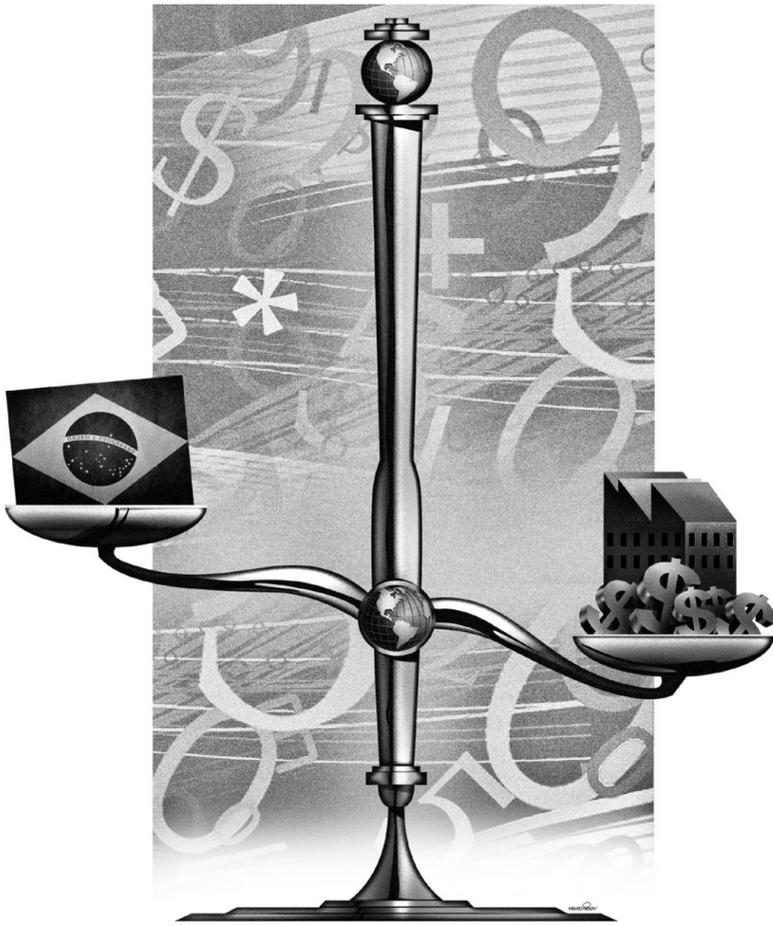
Em 2023, as empresas estatais federais contribuíram para a formação de 5,75% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e, ao contrário do que muitos falam, sem base em evidências, trouxeram recursos ao Tesouro, contribuíram para o equilíbrio fiscal, movimentaram nossa economia e seguiram garantindo ao país a soberania em setores estratégicos.

A riqueza gerada pelas estatais naquele ano, de acordo com as Demonstrações de Valor Adicionado, possibilitou a distribuição de quase R\$ 600 bilhões à sociedade. Entre outros pontos, R\$ 222 bilhões foram destinados a tributos, R\$ 130 bilhões a salários e benefícios de seus empregados, e R\$ 101,4 bilhões à remuneração de seus acionistas.

Os valores distribuídos por essas empresas se multiplicam de vários modos: os salários não ficam parados, pois se transformam em consumo e arrecadação, movimentando a economia e promovendo a criação de ainda mais empregos. A parte dos lucros das empresas que é repassada para a União, assim como os impostos que são recolhidos, contribui diretamente para o caixa do Tesouro e a consecução das metas fiscais, além de ajudar a financiar as políticas públicas. E a fatia de dividendos que vai para os investidores privados — quase dois terços do total — movimenta o mercado de capitais.

Os dados sobre o desempenho do setor no primeiro ano do governo Lula foram sistematizados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e apresentados no *Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais*, lançado em 26 de julho. Esse documento reúne informações contábeis e um amplo panorama sobre a ligação entre as 44 empresas controladas diretamente pela União e o interesse coletivo.

Exemplos da relação virtuosa entre as atividades desenvolvidas pelas estatais e as políticas



públicas não faltam. No ano passado, os bancos federais foram os responsáveis pela retomada do crédito de longo prazo e pela expansão das políticas habitacional e agrícola. Com ampla presença geográfica, seguiram sendo fundamentais para o pagamento dos benefícios sociais e lideraram programas como o Desenrola. E nada disso impediu o Banco do Brasil e a Caixa Econômica de registrarem grandes crescimentos em seus lucros.

Mais de 8 milhões de consultas e 123 mil cirurgias foram realizadas em 2023 pelas empresas estatais que administram hospitais, e o setor agropecuário teve benefícios econômicos de mais de R\$ 80 bilhões em redução de custos e ganhos de produtividade ao utilizar tecnologias desenvolvidas pela Embrapa.

A Petrobras — que é, de longe, a maior

estatal brasileira em ativos e faturamento — aumentou sua produção em 2023 e teve o segundo maior lucro líquido recorrente de sua história, apesar da queda na cotação do petróleo. E incluiu, em seu plano estratégico, metas ousadas de investimento em descarbonização até 2028, seja com desenvolvimento de combustíveis renováveis, seja com as energias solar e eólica.

São de controle federal as empresas responsáveis pelo domínio de quase todas as etapas do ciclo do combustível nuclear. Igualmente, são estatais as empresas de tecnologia que garantem o armazenamento e o processamento de vários serviços do governo digital. Assim como os Correios, que têm a capacidade logística singular de levar atendimento a 9.172 distritos brasileiros com mais de 500 habitantes (93,39% de todos os distritos do país com essa característica).

Empresas estatais — especialmente as que atuam em setores estratégicos ou de alto impacto para a vida do cidadão — estão longe de ser uma exclusividade brasileira. Economias como as da OCDE têm empresas sob controle acionário do Estado. E o debate que se faz na Academia ou em foros internacionais não é entre privatização ou estatização, mas, sim, sobre como aprimorar continuamente a governança, a integridade, a qualidade dos gastos e as capacidades da propriedade estatal.

Os espaços para melhoras — que sempre existem — devem ser preenchidos com a melhor articulação entre os ministérios que supervisionam cada estatal e com a constante busca pela inovação e a eficiência na geração de valor público. E não mais com a solução nada estratégica de simplesmente abandonar, deixar de investir ou vender ativos sem antes considerar, com base em fatos, em números e na experiência internacional, a verdadeira importância dessas empresas para o desenvolvimento.

Empoderando o novo PNE

» MOZART NEVES RAMOS — Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados – Polo Ribeirão Preto da USP

» JOÃO HENRIQUE RAFAEL JÚNIOR — Coordenador de Projetos da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados – Polo Ribeirão Preto da USP

A proposta de Projeto de Lei para o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em debate no Congresso Nacional e vai ser discutida pelo setor de educação nos próximos meses, trouxe avanços e contemplou algumas das melhorias que precisavam ser feitas para resolver lacunas do plano anterior. Mas esse é também um momento estratégico para construirmos documentos complementares que, de fato, orientem os diversos atores da educação brasileira para não repetirmos o fracasso de metas não atingidas e, mais importante, para efetivamente oferecer a educação de qualidade com equidade, um direito de todos os estudantes do país.

Em nosso trabalho ao lado de quase 150 redes municipais de ensino de todas as regiões do Brasil, a missão da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP do Polo de Ribeirão Preto é fortalecer políticas públicas para garantir melhoria das aprendizagens e redução das desigualdades. Portanto, em nossa essência temos grande alinhamento com o propósito almejado pelo PNE, especialmente agora que o documento incorpora uma maior preocupação com a equidade ao longo de todos os seus objetivos.

Recebemos com entusiasmo a informação de que uma nova meta pretende aproximar os resultados de aprendizagem entre grupos sociais definidos por raça, sexo, nível socioeconômico e região, em todas as etapas. São muitas as fontes de disparidades, e não podemos aceitar uma melhoria no desempenho médio se for mantida a atual distância entre os que estão acima e abaixo da mediana.

Também consideramos relevante a mudança na proposta de mensuração da qualidade de ensino, passando a acompanhar a porcentagem de estudantes com aprendizagem adequada — da forma como está redigido hoje, o Plano determina que, em cinco anos, tenham nível adequado de aprendizagem 70% dos estudantes dos anos

iniciais do ensino fundamental, 65% dos anos finais e 60% no ensino médio, chegando todos a 100% em 10 anos. No plano anterior, foi extremamente importante ter estabelecido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como indicador de referência, padronizado para todas as redes do Brasil. O problema que notamos é que um aumento no desempenho médio nem sempre significava mais estudantes aprendendo com qualidade.

No mesmo sentido, é preciso dedicar ainda maior atenção para a permanência e conclusão na idade correta, ainda que esteja embutido no Ideb, pois a distorção idade-série é fortemente impactada pela reprovação e pelo abandono escolar. Lembrando que, nesse quesito, a desigualdade também é notável: em 2019, enquanto 94,4% dos estudantes vindos de famílias com maior nível socioeconômico concluíram o ensino fundamental na idade correta, esse percentual foi de apenas 67% entre estudantes de famílias de baixa renda.

Mesmo com prazos intermediários e itens mais específicos — uma vantagem em relação ao documento anterior —, o novo PNE precisa ir além e estabelecer maior detalhamento para a sua implementação. Isso poderia ser obtido por meio de documentos complementares, trazendo mais clareza sobre como cada objetivo pode ser alcançado, ajudando a materializar os conceitos tratados e orientando a execução de medidas relevantes para sua realização.

O próprio combate à desigualdade demanda mais suporte sobre como fazê-lo, algo que poderia constar em diretrizes norteadoras, assim como a educação integral incorporando metodologias propícias para o desenvolvimento pleno e indo além da ampliação da jornada escolar.

Muitas vezes, o desenho de boas políticas educacionais acaba não gerando os resultados que pretende, justamente por falta de diretrizes operacionais e sugestões de caminhos, bem como

por ausência de pactuação sobre papéis e responsabilidades. Esse é outro aspecto incontornável que, talvez, ainda não tenha sido contemplado com suficiente ênfase. Atualmente, não temos nenhuma consequência atrelada ao descumprimento de objetivos e metas, nem a clareza, por exemplo, de que são os municípios os mais responsáveis pela alfabetização, os estados, pelo ensino médio, e assim por diante.

Ainda que o regime de colaboração seja essencial em toda a educação básica e que a complementariedade de esforços entre municípios e estados, com coordenação do governo federal, faça parte de nossa configuração, é necessário explicitar a quem cabe planejar, zelar, direcionar investimentos e apresentar propostas para cada etapa e modalidade de ensino, ou para cada meta do plano. Esse tipo de visibilidade pode dar mais subsídios para uma participação social mais ativa, especialmente se acompanhado de um empoderamento de conselhos estaduais e municipais de educação para monitorar como os diferentes atores estão tratando as metas pelas quais são mais diretamente responsáveis.

Para além do excelente trabalho que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza, tornando públicos os dados de monitoramento sobre o cumprimento de cada meta, faria muita diferença indicar órgãos de controle para essa execução, que não somente observem quando estivermos longe dos resultados pretendidos, mas possam apoiar e cobrar as medidas necessárias para acelerar nossa trajetória em direção à educação que queremos. Esse tipo de indicação também poderia estar contemplado em documentos que desdobrem o novo PNE. Somente assim, a conta não vai sobrar para quem apagar a luz, e apenas com um processo mais participativo esse PNE terá condições de ser um real instrumento de planejamento de políticas educacionais ao longo da próxima década.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Olimpíadas: retrato do Brasil nos esportes

Depois de uma semana de competições nos Jogos Olímpicos de Paris-2024 e contando com uma delegação de 274 atletas, o Brasil contabiliza quatro medalhas no total, sendo uma de prata e três de bronze. É pouco para um país como o nosso. Talvez, até muito se consideradas as agruras a que estão submetidos os atletas e o pouco caso com que os esportes amadores são tratados. Isso tudo sem falar das seguidas confusões administrativas apresentadas pelo comitê nacional que trata dessas modalidades de esportes.

Os resultados do Brasil, até agora, nos Jogos Olímpicos de Paris-2024 podem ser equiparados aos certames internacionais em que são aferidas as qualidades do ensino em nosso país vis-à-vis outros países. Estamos sempre na raibeira do mundo. Esporte e educação nas escolas, sobretudo naquelas de responsabilidade do poder público, oscilam nos níveis entre o medíocre e o mediano, sendo a média aferida com base no que temos de acordo com nossa realidade, que é de desolação completa.

Não há um incentivo aos esportes, como não há também incentivos às artes. Por isso, nossas escolas não se tornam uma porta aberta para o surgimento de esportistas ou de artistas, iniciativa mais barata de retirar pessoas vulneráveis do crime. Ao contrário de outros países em que os governos investem pesado nesses dois caminhos, no Brasil esse ainda é um sonho distante.

Educação deve ser sempre integral — ou seja, abranger o oferecimento de um universo de disciplinas capaz de favorecer também uma formação integral. Se a universalização do ensino é uma meta a ser cumprida, também a oferta de um ensino integral é necessária. Quanto mais esporte for oferecido nas escolas, mais e mais teremos atletas com performances que atinjam o nível nacional e internacional do esporte.

Da mesma forma, quanto mais disciplinas de artes ofertadas no ensino público, mais e mais artistas surgirão para decifrar e chamar a atenção para a nossa realidade. O pobre quadro de medalhas conquistado pelo Brasil em mais essa Olimpíadas deixa patente nosso pouco empenho na formação de novos atletas e atesta a falência dos esportes como disciplina séria em nossas escolas.

Quem anda pelas cidades deste país verifica que as poucas quadras de esporte existentes encontram-se, na sua grande maioria, destruídas ou mal cuidadas. A educação pelo esporte e pelas artes, que seria uma solução factível para atender às classes menos favorecidas, não é posta em prática por desleixo e puro desinteresse de seguidos governos.

A educação só é levada a sério quando se trata de recorrer a essa pasta para salvar as finanças públicas, como o que ocorre neste momento, em que o governo, por conta de um ajuste fiscal emergencial, cortou R\$ 1,3 bilhão do Ministério da Educação. Também o Ministério do Esporte sofreu um congelamento de mais de R\$ 135 milhões, em cima de uma verba total de pouco mais de R\$ 2 bilhões. Nem mesmo a Lei de Incentivo ao Esporte, existente desde 2007, consegue desenvolver, na prática, a formação de atletas promissores para representar o Brasil nos torneios internacionais.

De nada adiantam as estatísticas superlativas apresentadas pelo governo quando o que se verifica, na prática e na vida real, como é o caso agora nas Olimpíadas, que o nosso país vai mal no quadro de medalhas. Também o Bolsa Atleta, criado em 2005, que deveria dar maior impulso aos esportes no país, paga, em torno de R\$ 400 mensais a maioria dos atletas, sendo que aqueles que têm nível mais alto de desempenho chegam a receber R\$ 16 mil, mas, para isso, têm de estar entre os 20 melhores do planeta em sua modalidade, o que é uma enorme barreira para a maioria.

É certo que os países que se destacam no quadro de medalhas geralmente têm um investimento muito mais elevado do que o nosso, desde a base até o alto rendimento. Qualquer investimento que o Brasil faça sem o objetivo final de performances perfeitas em competições ainda estará muito aquém de países como os Estados Unidos, China e outros.

»A frase que foi pronunciada:

“Eu me preocupo mais em ser uma pessoa boa do que ser o melhor jogador do mundo.”
Messi

»História de Brasília

O DVO começou ontem a limpeza da superquadra 305, do Iapi. As firmas empreiteiras entregarão os blocos dentro de duas semanas, podendo ser habitados, provavelmente, em princípios de maio. Ainda não foram providenciadas, entretanto, as ligações de luz, água e telefone, que já deveriam estar prontas. (Publicada em 15/4/1962)